



## ANAIS DE HISTÓRIA DE ALÉM-MAR

### Vol. XII (2011)

ISSN 0874-9671 (impresso/print)

ISSN 2795-4455 (electrónico/online)

Homepage: <https://revistas.rcaap.pt/aham>

---

### ***António Real, «o mexedor de Cochim»: percurso asiático de um fidalgo de diferentes saberes e ofícios (1505-1514)***

Vítor Luís Gaspar Rodrigues 

---

#### **Como Citar | How to Cite**

Rodrigues, Vítor Luís Gaspar. 2011. «António Real, o mexedor de Cochim»: percurso asiático de um fidalgo de diferentes saberes e ofícios (1505-1514)». *Anais de História de Além-Mar* XII: 43-59. <https://doi.org/10.57759/aham2011.37220>.

#### **Editor | Publisher**

CHAM – Centro de Humanidades | CHAM – Centre for the Humanities  
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas  
Universidade NOVA de Lisboa | Universidade dos Açores  
Av.<sup>a</sup> de Berna, 26-C | 1069-061 Lisboa, Portugal  
<http://www.cham.fcsh.unl.pt>

#### **Copyright**

© O(s) Autor(es), 2011. Esta é uma publicação de acesso aberto, distribuída nos termos da Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0 (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt>), que permite o uso, distribuição e reprodução sem restrições em qualquer meio, desde que o trabalho original seja devidamente citado.

© The Author(s), 2011. This is a work distributed under the terms of the Creative Commons Attribution 4.0 International License (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>), which permits unrestricted reuse, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.



As afirmações proferidas e os direitos de utilização das imagens são da inteira responsabilidade do(s) autor(es).  
The statements made and the rights to use the images are the sole responsibility of the author(s).

# ANTÓNIO REAL, «O MEXEDOR DE COCHIM»: PERCURSO ASIÁTICO DE UM FIDALGO DE DIFERENTES SABERES E OFÍCIOS (1505-1514)

por

VÍTOR LUÍS GASPAR RODRIGUES \*

## Antecedentes

Quando em finais de 1513 Afonso de Albuquerque se insurgia contra a acção perniciosa de um grupo de homens a quem chamava as «feiticeiras de Cochim» – assim designados em virtude da oposição que vinham movendo à sua pretensão geoestratégica global, intrigando não só junto do rajá de Cochim, mas também da corte –, apontava António Real como um dos principais e mais activos elementos do grupo, acusando-o de ser o responsável primeiro por uma série de iniciativas que visavam a sua descredibilização e posterior substituição<sup>1</sup>.

A missiva de Afonso de Albuquerque destinava-se, tal como várias outras que se seguiram, a explicar a D. Manuel as graves razões que o levavam a mandar António Real para o reino, sob prisão e a ferros, na companhia do amigo e sócio Diogo Pereira. Este facto, se, por um lado, revela a gravidade dos actos que Real, em conluio com os demais membros do «grupo de Cochim», praticara na ausência do governador<sup>2</sup>, por outro, atesta que se tratava de uma personagem com crédito e influência junto do monarca e, bem assim, de alguém com grande importância no quadro da realidade política e económica malabar, em especial no reino de Cochim, com cujo soberano mantinha uma relação estreita. Com efeito, embora Albuquerque

---

\* Investigador Auxiliar com Agregação. Director do Centro de História do Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa.

<sup>1</sup> Carta de Afonso de Albuquerque para o monarca, 30 de Novembro de 1513, *Cartas de Afonso de Albuquerque seguidas de documentos que as elucidam* [CAA], dir. Raymundo A. de Bulhão Pato, 7 vols., Lisboa, Academia Real das Sciencias, 1884-1935, Vol. I, pp. 118-121.

<sup>2</sup> Sobre o assunto, veja-se o trabalho de Inácio GUERREIRO e de Vítor Luís Gaspar RODRIGUES, «O “Grupo de Cochim” e a Oposição a Afonso de Albuquerque», *Stvdia*, 51, 1992, pp. 119-144.

afirme que optara por não o castigar na Índia em virtude de estarem em jogo assuntos tocantes à sua pessoa<sup>3</sup>, tudo indica que o governador, ciente da enorme influência de António Real e Diogo Pereira junto do rajá de Cochim, terá optado pelo seu afastamento para o reino com o intuito de evitar que estes agravassem ainda mais as relações entre a Coroa e as autoridades locais, já de si algo tensas em virtude da crescente importância que Calecute (Kozhikode) vinha assumindo no quadro da estratégia político-militar delineada por Albuquerque para a costa do Malabar<sup>4</sup>. Como é sabido, noutras circunstâncias, e por acções bem menos danosas para os interesses do «Estado da Índia» e de si próprio, o *Terribil* havia castigado, de forma particularmente severa, Rui Dias<sup>5</sup>, de nada valendo a oposição da generalidade da fidalguia da Índia, que muito claramente se manifestou contra a aplicação de uma «morte tão cível» – morte por enforcamento – a um jovem cavaleiro, ainda por cima aparentado com Manuel de Lacerda, um dos capitães da armada de Albuquerque.

António Real, um dos principais «mexedores de Cochim»<sup>6</sup>, era fidalgo da casa real<sup>7</sup>, como atesta o treslado da menagem, dada a Albuquerque, da feitoria e alcaidaria da fortaleza de Cochim<sup>8</sup>. Não sabemos, no entanto, se possuía alguma ligação anterior à casa ducal de Beja, a exemplo do que sucedia com Lourenço Moreno<sup>9</sup>, embora essa possibilidade não seja de todo de descartar, dado tratar-se de um dos portugueses estabelecidos no Malabar que, no dizer de Castanheda, «merecia muito crédito a D. Manuel»<sup>10</sup>. Com efeito, essa continuada manifestação de confiança na sua pessoa leva-nos a aventar a existência de uma relativa proximidade entre ambos. Como quer que fosse, a verdade é que Real detinha nos meandros da corte os apoios

<sup>3</sup> Em carta ao rei, de 25 de Outubro de 1514, afirma: «eu com vosso medo a nam ousei cá de fazer, e por serem cousas tocantes a minha pessoa». CAA, Vol. I, p. 311.

<sup>4</sup> Sobre o assunto, veja-se I. GUERREIRO e V. L. G. RODRIGUES, op. cit., pp. 134-135 e 138.

<sup>5</sup> Sobre o assunto, veja-se Fernão Lopes de CASTANHEDA, *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, introd. e rev. M. Lopes de Almeida, Vol. II, Porto, Lello & Irmão, 1979, Cap. XXIX, pp. 562-564.

<sup>6</sup> A expressão foi utilizada, segundo Gaspar Correia, por Lourenço de Brito, capitão de Cananor, em carta de 1509 para Afonso de Albuquerque. Nela aconselhava Albuquerque a resguardar-se das intrigas e mexericos dos mexedores de Cochim. Cf. Gaspar CORREIA, *Lendas da Índia*, ed. de M. Lopes de Almeida, Vol. I, Porto, Lello & Irmão, 1975, p. 964.

<sup>7</sup> Sobre os diferentes graus hierárquicos e seu escalonamento no seio da nobreza de Quinhentos, vejam-se os trabalhos de João Cordeiro PEREIRA, «A Estrutura Social e o Seu Devir», in Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques (dir.), *Nova História de Portugal*, Vol. V, Lisboa, Estampa, 1988, pp. 299 e ss; e Joaquim Romero MAGALHÃES, «A Sociedade», in José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, Vol. III, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp. 487-490.

<sup>8</sup> Cf. o «Treslado da menagem que deu António Real pela feitoria de Cochim, nas mãos do senhor capitam moor, a sua alteza, por Joam Nunes», doc. s.d., CAA, Vol. III, pp. 204-205.

<sup>9</sup> Cf. Alexandra PELÚCIA, «Lourenço Moreno, uma eminência parda de Cochim», in João Paulo Oliveira e Costa (org.), *Descobridores do Brasil. Exploradores do Atlântico e Construtores do Estado da Índia*, Lisboa, Sociedade Histórica da Independência de Portugal, 2000, pp. 279-297.

<sup>10</sup> O cronista afirma que «el rey tinha em muito crédito» a pessoa de António Real. Cf. F. L. CASTANHEDA, op. cit., Vol. I, p. 783.

necessários para ser nomeado pelo monarca como patrão-mor da ribeira e alcaide-mor da principal fortaleza portuguesa no Oriente, dois cargos que, como veremos, tinham uma importância significativa no seio da estrutura política e militar que então se pretendia criar – o «Estado da Índia»<sup>11</sup>.

António Real tratava-se, porventura, de mais um secundogénito oriundo de um qualquer ramo secundário da fidalguia<sup>12</sup>, aparentado com alguma das linhagens que gravitavam em torno do monarca e que viam na partida para a Índia uma oportunidade de proceder ao aumento da sua honra e cabedal, fundamentais para granjear o reconhecimento dos seus pares e, sobretudo, o do rei, num processo que visava, em última análise, o acrescentamento da sua família<sup>13</sup>. Importa notar, no entanto, que, à data da sua partida para o Oriente, António Real era já uma figura socialmente considerada, porquanto na *Ementa de 1505* o seu nome surge referenciado à parte da generalidade dos «moradores da casa real», integrando antes uma «lembrança em que se não faz menção mais que os capitães mores, vizoreis, governadores, capitães e pessoas de qualidade conhecida, e nobres»<sup>14</sup>. Ainda assim, só conseguiu chamar a atenção dos cronistas após a sua partida para o Oriente. Este facto, associado à inexistência de documentação com referências à sua pessoa, impediu-nos de poder reconstruir com um mínimo de fidelidade o trajecto de Real ao longo de uma parte significativa da sua vida.

Dessa primeira fase sabemos apenas que, a exemplo de muitos outros fidalgos, Real procurou a sua sorte além-fronteiras colocando-se ao serviço de soberanos estrangeiros, o que o levou a participar nalguns dos principais conflitos que grassavam na Europa. De acordo com as informações veiculadas por Gonçalo Fernandes, seu inimigo figadal, Real terá combatido no Levante, onde se terá familiarizado não só com as mais recentes inovações tecnológicas ao serviço da artilharia<sup>15</sup>, mas também com novas técnicas

---

<sup>11</sup> Temos conhecimento de, pelo menos, um primo seu que, como refere Real em carta ao monarca, permaneceu no reino como seu procurador e a quem encarregou de guardar toda a sua fazenda, bem como de defender os seus interesses no seio da corte. Estas tarefas terão ficado mais facilitadas a partir de finais de 1512, em virtude de aquele haver sido nomeado para o cargo de vedor da Fazenda, cujas funções lhe permitiam privar com o monarca. Cf. missiva de 15 de Dezembro de 1512, CAA, Vol. III, p. 345.

<sup>12</sup> Não conseguimos através dos nobiliários definir qual a sua origem familiar, o que se nos afigura estranho porquanto sabemos que se tratava do elemento de maior condição de todos aqueles que compunham o designado «grupo de Cochim».

<sup>13</sup> Como refere Nuno Gonçalo Monteiro, «A definição de família nobre mais difundida era a que se encontra em Severim de Faria e Bluteau: Ordem de descendência, que trazendo o seu princípio de uma pessoa se vai continuando, e estendendo de filhos a netos, de maneira que faz uma parentela, ou linhagem, a qual pela antiguidade, e nobreza das cousas feitas é chamada nobre», in «Sistemas Familiares», in José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, Vol. IV, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, p. 280.

<sup>14</sup> Cf. BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL [BNP], *Reservados, Colecção Pombalina*, n.º 123, f. 1.

<sup>15</sup> Gonçalo Fernandes refere, como forma de o diminuir, que aquele teria aprendido mesmo o ofício de bombardeiro, o que, dada a sua condição de fidalgo e o facto de esse ofício

de construção naval, facto que julgamos não poder ser dissociado da sua posterior nomeação como patrão-mor da ribeira de Cochim. A sua presença algures no Mediterrâneo Oriental, integrado nalguma das expedições navais lançadas contra o inimigo otomano, ter-se-á registado por volta de finais da década de 1480, princípios da seguinte, porquanto em 1494 se encontrava já ao serviço de Carlos VIII de França.

Como ele próprio refere, em carta a D. Manuel em que aproveita para ressaltar a sua enorme experiência nas coisas da guerra, combateu nas «guerras de Itália» (1494-1497) às ordens daquele monarca<sup>16</sup>, tendo então regressado a Portugal numa data que não pudemos apurar, mas que situamos entre 1498 e 1504, uma vez que a primeira referência que nos surge de Real respeita à sua nomeação como alcaide-mor de Cochim e patrão-mor da Ribeira, funções muito díspares, mas que deixam transparecer desde logo que se tratava de alguém com uma personalidade multifacetada.

### O percurso asiático

António Real passou à Índia na armada de D. Francisco de Almeida, usufruindo então de uma posição destacada a bordo, como comprova a «Memoria das pessoas que passarão à Índia no anno de 1505»<sup>17</sup>. Viajou a bordo da nau capitaina, tendo contraído «prihoris», por altura da passagem do cabo da Boa Esperança, doença que terá, porventura, contribuído para a sua ausência dos principais episódios militares que se seguiram durante a viagem, e não só<sup>18</sup>. Com efeito, Real, a pretexto das suas sucessivas enfermidades e/ou da sua já avançada idade, nunca integrou qualquer expedição militar durante a sua estadia no Oriente, disso se queixando Afonso de Albuquerque mais tarde, ao acusá-lo de repetidamente se furtar a combater, «nunca tendo vestido as armas por vosso serviço»<sup>19</sup>. Real foi, assim, um oficial régio cuja acção se desenvolveu à margem da guerra, tendo-se empenhado exclusivamente com os assuntos da fortaleza e da ribeira de Cochim, o que lhe permitiu, aliás, imiscuir-se rápida e profundamente no complexo mundo das redes mercantis inter-regionais e o transformou num dos mais poderosos e influentes homens dessa primeira geração de portugueses estabelecidos no Malabar.

De acordo com as informações veiculadas pelo cronista Gaspar Correia, o nosso fidalgo terá levado em sua companhia uma Eyria Pereira, contra-

---

ser à época considerado vil, se nos afigura pouco crível. Devia, no entanto, ter conhecimentos das técnicas de fundição, bem como das de fabrico da pólvora. Cf. CAA, Vol. IV, pp. 62 e ss.

<sup>16</sup> Cf. CAA, Vol. III, p. 337.

<sup>17</sup> Cf. BNP, *Reservados, Colecção Pombalina*, n.º 123, f. 1.

<sup>18</sup> Cf. carta de Pêro Fernandes Tinoco ao rei, de 18 de Novembro de 1505, em que relata os principais acontecimentos ocorridos durante a viagem. Cf. CAA, Vol. II, p. 336.

<sup>19</sup> Cf. carta de Afonso de Albuquerque ao rei, de 1 de Dezembro de 1513, CAA, Vol. II, p. 160.

riando assim as directivas régias que impediam, por essa altura, o embarque de mulheres nas naus da Carreira da Índia<sup>20</sup>. Dessa ligação nasceu um filho varão – Diogo Botelho Pereira, que viria a tomar o nome do amigo e sócio do pai, Diogo Pereira, o *Malabar*<sup>21</sup>, assim alcunhado por rapidamente ter aprendido a falar «malayalam», o que lhe permitiu estabelecer uma verdadeira teia de relações comerciais e de solidariedades com as elites dirigentes do reino cochinês. Relativamente àquela que foi, ao que tudo indica, a primeira mulher portuguesa a estabelecer-se no Oriente<sup>22</sup>, julgamos que devia ser aparentada com Diogo Pereira, remontando assim ao reino a ligação entre aqueles dois elementos do «grupo de Cochim». Com efeito, só a existência de um laço desse tipo poderá justificar que, muito depois do abandono da Índia por Real, o *Malabar* tivesse continuado a proteger o seu bastardo, que havia permanecido no Oriente com a mãe, recomendando-o em 1539 a D. João III<sup>23</sup>.

Amigos e parceiros de múltiplas actividades comerciais que aí desenvolveram, os dois homens depressa se associaram não só a alguns dos principais mercadores locais, mas também, e em especial, ao próprio rei de Cochim, também ele um grande amigo e defensor de António Real junto do monarca português, a quem escreveu algumas cartas a defendê-lo das acusações do governador<sup>24</sup>. Mas, se a relação destes homens com Albuquerque foi problemática e tempestuosa, relativamente ao período governativo de D. Francisco de Almeida, podemos afirmar que tudo lhes correu de feição, tendo mesmo o vice-rei chegado a elogiar a acção desenvolvida por Real nos primeiros anos, afirmando que sem ele não se poderia remediar, o que parece remeter para os seus conhecimentos como construtor naval e fundidor de canhões<sup>25</sup>. Para isso contribuiu não só o facto de o vice-rei haver adoptado uma política comercial claramente menos controladora e estatista que o seu sucessor (o que permitiu a António Real e Diogo Pereira desenvolver as suas actividades particulares em paralelo com o exercício das funções régias em que se encontravam investidos), mas também a circunstância de todos comun-

<sup>20</sup> Cf. G. CORREIA, op. cit., Vol. II, p. 661.

<sup>21</sup> Sobre esta figura e os inúmeros homónimos existentes na Índia no seu tempo, veja-se a biografia produzida por Luís Filipe THOMAZ e Geneviève BOUCHON, *Voyage dans les Deltas du Gange et de l'Irraouaddy. Relation Portugaise Anonyme (1521)*, Paris, FCG-CCP, 1988, pp. 377-389.

<sup>22</sup> Sobre o assunto, veja-se Joaquim Candeias da SILVA, *O Fundador do Estado Português da Índia, D. Francisco de Almeida, 1457(?) - 1510*, Lisboa, CNCDP-INCM, 1996, p. 111.

<sup>23</sup> Cf. carta de Diogo Pereira ao rei, de 25 de Janeiro de 1539, ARQUIVO NACIONAL TORRE DO TOMBO [ANTT], *Corpo Cronológico*, I-64-4.

<sup>24</sup> Veja-se a carta do rei de Cochim para D. Manuel, de 11 de Dezembro de 1513, CAA, Vol. III, p. 84. Sobre o assunto, leia-se ainda o que refere Castanheda, que afirma ter o rei de Cochim alertado D. Manuel para o papel extraordinário desempenhado por Real e Diogo Pereira na altura em que o príncipe herdeiro de Cochim quisera tomar-lhe o reino pela força. Cf. F. L. CASTANHEDA, op. cit., Vol. I, p. 783.

<sup>25</sup> Cf. carta de D. Francisco de Almeida ao rei, de 27 de Dezembro de 1506, CAA, Vol. II, p. 391.

garem da mesma visão estratégica para o devir da presença portuguesa no Índico, que passava por dar um especial relevo ao apresto das naus da carreira centrado em torno de Cochim e pela necessidade de proceder ao estabelecimento de mais algumas fortalezas-feitorias no Malabar, a saber, Cananor e Coulão. Estas, em conjunto com a de Cochim, não só assegurariam o acesso aos centros produtores da pimenta, mas também serviriam de apoio às armadas portuguesas no Índico.

Importa notar, no entanto, que pese embora o seu desempenho enquanto oficial régio fosse merecedor dos elogios do vice-rei, António Real depressa se tornou uma personagem bastante malquista pela generalidade dos homens estabelecidos no Malabar, tendo mesmo Gaspar da Índia<sup>26</sup>, seu amigo e defensor, afirmado em carta a D. Manuel que todos lhe queriam mal<sup>27</sup>, o que poderá estar relacionado com o facto de Real ser o responsável «das carregações das armadas» desde a sua chegada à Índia. Em carta um pouco mais tardia, de cerca de 1510, Gonçalo Fernandes acusava-o de roubar as naus «que veem de portugall de pam e vinho e azeite e outras cousas, e assi vossa fazenda per todallas partes que pode» e de controlar o preço do pão e do vinho, do que terá resultado o ditado: «com pam do Reall, punhada ao gato»<sup>28</sup>.

Essa hostilidade parece, por outro lado, ter crescido à medida que os seus negócios particulares e a sua fortuna foram aumentando, sobretudo a partir de 1509, momento em que Diogo Pereira assumiu o cargo de feitor da fortaleza e Real foi interinamente nomeado capitão de Cochim. Passaram, assim, a controlar o principal entreposto comercial português no Oriente à época e, por via disso, a ter uma intervenção directa sobre as cargas expedidas através da Carreira da Índia, imiscuindo-se também nos tráficos regionais asiáticos, o que lhes permitiu aumentarem rapidamente as suas fortunas. A residência de António Real depressa se transformou na de maior condição em Cochim depois dos aposentos do vice-rei, não tendo sido por acaso que tanto Afonso de Albuquerque, primeiro, como o marechal D. Fernando Coutinho, depois, optaram por aceitar a sua hospitalidade, aí se instalando.

Este facto marca, também, o momento em que Real, ao contrário de outros elementos do «grupo de Cochim», como Diogo Pereira ou Lourenço Moreno, se começou a bandear para o lado de Albuquerque no grave conflito que vinha opondo este a D. Francisco de Almeida. A mudança teve como reflexo, por parte do *Terribil*, a nomeação daquele como capitão interino de Cochim. Substituiu então D. António de Noronha, sobrinho do gover-

---

<sup>26</sup> Sobre esta personagem incontornável do estabelecimento dos portugueses no Oriente, veja-se o trabalho de Elias LIPINER, *Gaspar da Gama. Um Converso na Frota de Cabral*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1987; e Silvina SILVÉRIO, «Gaspar da Índia», in J. P. O. e Costa, op. cit., pp. 225-253.

<sup>27</sup> Cf. carta de 16 de Novembro de 1505, CAA, Vol. II, p. 373.

<sup>28</sup> Cf. carta de c. 1510, CAA, Vol. IV, p. 62.

nador, que em finais de 1509 partiu como capitão de uma nau da armada do marechal D. Fernando Coutinho que, desastrosamente, atacou Calecute (Kozhikode)<sup>29</sup>.

A situação repetir-se-ia em 1510, por altura da conquista de Goa<sup>30</sup>. António Real, ao contrário dos restantes elementos do grupo, defendeu então a sua conquista para evitar que esta se transformasse, como vinha sucedendo até aí, numa poderosa base naval inimiga<sup>31</sup>. Esse facto permitiu-lhe continuar a acumular por mais algum tempo a capitania de Cochim com os demais cargos que detinha, mas não o impediu de, após a partida de Albuquerque para Malaca e depois de confirmada a pretensão do governador de manter a posse da cidade, se afirmar como um dos mais ferozes partidários do abandono da ilha de Goa, por causa, dizia, dos muitos gastos e perdas em homens<sup>32</sup>.

Confirmava-se, assim, o vaticínio do vice-rei, que, referindo-se à «massa de Cochim», aconselhara Albuquerque a não dar «entendimentos nem ore-lhas, a quem depois dirá de vós como agora fazem de mim»<sup>33</sup>. Na verdade, as verdadeiras razões para a oposição de António Real à manutenção de Goa prendiam-se sobretudo com o receio de que a breve trecho se viesse a operar uma transferência do centro de interesses do «Estado da Índia» do Malabar para o Concão. Tal como Duarte Barbosa, que acusava Albuquerque de haver prejudicado enormemente o *kolathiri* de Cananor, ao agravar o deslocamento para a ilha de Tissuari do antigo comércio de cavalos operado pelo porto de Cananor para Vijayanagar<sup>34</sup>, também Real temia que essas mudanças, aliadas ao interesse crescente demonstrado pelo governador num acordo com o samorim, pudessem provocar a subalternização do reino de Cochim no quadro das relações políticas e comerciais do «Estado da Índia», o que seria catastrófico para os interesses de Real e do grupo em que se inseria.

A esses homens interessava sobretudo impedir que a Coroa, em resultado do projecto expansionista de Albuquerque – que visava não só o domínio dos principais centros comerciais e estratégicos do Índico, mas também uma maior intervenção no «comércio de Índia em Índia» – os desapossasse dos seus tratos particulares, pondo em causa as redes comerciais que haviam montado em articulação com os mercadores e autoridades locais.

---

<sup>29</sup> Sobre o assunto veja-se I. GUERREIRO e V. L. G. RODRIGUES, op. cit., p.129.

<sup>30</sup> Cf. F. L. de CASTANHEDA, op. cit., Vol. I, p. 499.

<sup>31</sup> Cf. parecer de António Real, de 11 de Outubro de 1510, CAA, Vol. II, pp. 9-10.

<sup>32</sup> Cf. traslado de uma carta de António Real em resposta ao capitão-mor, s.d., CAA, Vol. II, pp. 37-40.

<sup>33</sup> Cf. G. CORREIA, op. cit., Tomo I, pp. 896-897.

<sup>34</sup> O próprio *kolathiri*, em carta de 6 de Dezembro de 1507 ao rei de Portugal, já apontava para «os inconvenientes que lhe advinham da mudança do trato de cavalos desse porto para o de Goa», ocorrido em virtude de os portugueses ali terem construído uma fortaleza. CAA, Vol. II, p. 401. Sobre o assunto, veja-se Geneviève BOUCHON, *Mamale de Cananor. Un adversaire de l'Inde Portugaise (1507-1528)*, Genève-Paris, Librairie Droz, 1975, pp. 28-29.

Para António Real e os seus pares, a presença territorial desse Estado forte, centralizado e, sobretudo, monopolista, que, a materializar-se, significaria o fim da sua participação nos tratos regionais, começou a tomar contornos cada vez mais ameaçadores a partir de 1511, com a decisão de Afonso de Albuquerque de conquistar Malaca. Esse momento marca, de facto, o início das hostilidades entre o governador e a «massa de Cochim», com Real à cabeça, que tudo irá fazer durante a ausência daquele nos mares do Sul para deitar por terra a sua estratégia imperialista. Como refere Luís Filipe Thomaz,

desde que Albuquerque começara a planeá-la que os meios mercantis de Cochim entraram em agitação: «porque indo lá o governador e assentando feitoria ficavam eles sem mais trato», como nota Castanheda. Cherina Maracar e seu irmão Mamale Maracar, grossos tratantes mapulas, logo secundados por António Real, capitão de Cochim, e por Diogo Pereira, persuadiram por isso el-rei de Cochim a ir ver o governador à nau «e lhe conselhasse que não fosse a Malaca porque era monção gastada e perder-se-ia [...]». Com a conquista de Malaca era, por um lado, o Estado da Índia que começava a transbordar para a Ásia do Sueste, rasgando vias de penetração para o Extremo Oriente e para os mares do Arquipélago; era, por outro, o capitalismo monárquico português, até aí só interessado no comércio de longo curso, a imiscuir-se no tráfico regional que os guzerates tinham por coutada sua<sup>35</sup>.

A resposta dos homens de Cochim não se fez esperar, começando de imediato a afluir ao reino inúmeras missivas, muitas delas de António Real, que apresentavam a conquista da ilha de Tissuari como uma empresa ruinosa, feita à revelia das directivas reais e com o propósito de Albuquerque poder vir a ser nomeado duque de Goa, e em que os sucessos militares eram diminuídos sob a alegação de que se tratava de «guerras contra negrinhos nús», que punham em risco a continuidade da presença portuguesa no Índico, dado visarem conquistas muito dispersas<sup>36</sup>. Noutra carta, o nosso capitão aconselhava ao monarca que «mercadejasse na imdia e nom curasse de guerra» e que apenas se mantivesse ou se estabelecesse em «Cochim e Dio e outra [fortaleza] no estreito e ser poderoso no mar quando for necesario e isto he o que sogyga ho mar e a terra e nom fazer castelo a cada pomta sem proveito»<sup>37</sup>.

Em 1512, num momento em que o conflito com o governador se agudizara, porque este acusara António Real não só de se haver recusado repetidamente a combater<sup>38</sup>, mas também de depauperar a Coroa por não

---

<sup>35</sup> Cf. «Introdução. O Extremo Oriente e o Ocidente», in A. H. de Oliveira Marques (dir.), *História dos Portugueses*, Vol. 1, Tomo I, Lisboa, Fundação Oriente, 1998, pp. 69-70.

<sup>36</sup> Cf. carta de António Real ao rei, CAA, Vol. III, p. 337.

<sup>37</sup> Cf. carta de António Real ao rei, s.d. [1511-1512], CAA, Vol. II, pp. 41-42.

<sup>38</sup> Cf. carta de Afonso de Albuquerque a D. Martinho de Castelo Branco, CAA, Vol. I, p. 408; carta do mesmo ao rei, de 1 de Dezembro de 1513, *Idem*, pp. 160-161.

aparelhar devidamente os navios que se encontravam carenados na ribeira de Cochim<sup>39</sup> à sua guarda, António Real enviou ao monarca várias cartas em que fez um violentíssimo ataque à política militarista em curso<sup>40</sup>. Desautorizado em público por Albuquerque, relativamente a umas obras de fortificação da fortaleza que ficara de fazer, e obrigado a repor o dinheiro que gastara nos materiais entretanto desviados para umas casas suas e a ficar sem um ano de vencimento<sup>41</sup>, o nosso capitão lançou sobre Albuquerque um ataque feroz, repleto de acusações, muitas delas falsas ou infundadas, que lhe custariam o posterior envio sob prisão para o reino<sup>42</sup>.

Um pouco mais tarde, mas em data que não foi possível precisar, António Real manifestava-se por carta uma vez mais contrário à conquista de Goa e de Malaca, bem como contra os projectos de Albuquerque de construir uma fortaleza em Calecute (Kozhikode)<sup>43</sup>, argumentando que esse reino não tinha pimenta e toda lhe ia de Cochim e de Calecoulão, «e que dous bateis armados postos no rio de Crangualor» impediriam que ali chegasse um grão de pimenta. Para além disso, dizia, o porto de Cochim era o melhor do Malabar «e he terra de mais madeira e de mais oficiais para corregimento das naos e fazimento delas»<sup>44</sup>. Centrado apenas na necessidade de viabilizar o tráfico operado através da Carreira da Índia e interessado em assegurar a continuidade dos negócios particulares que «a massa de Cochim» detinha no comércio inter-regional a partir dessa praça, enfatizava: «tudo he vemto senam Cochym. Aqui faizei voso pé firme pera sempre, porque todalas outras fortelezas feitas e por fazer, vos nam servem de nada, senam gastarem quanto lá há e asi o que cá há. (...) E cochim, que he necessario estar mais provido de todas estas cousas que lisboa, pois se aqui faz tudo, e daqui saiem armadas e carregas e todo outro aviamento, nunca lhe leixam nada». Termi-

<sup>39</sup> Afonso de Albuquerque acusou-o ainda de haver mandado lançar fogo ao *Cirne* e ao *Rei Grande*, que ali se encontravam varados a aguardar reparação, e de dismantelar outros navios existentes na ribeira de Cochim, apenas para prejudicar as acções militares navais que o governador tinha em fase de preparação – a conquista da fortaleza de Benastarim na ilha de Goa. Cf. carta do governador para o rei, de 30 de Novembro de 1513, CAA, Vol. I, p. 119. Real defendeu-se da acusação em carta ao rei, de 15 de Dezembro de 1512, alegando que ficaria mais caro corrigê-los do que fazê-los novos, e que assim aproveitara toda a pregadura e ferraria. *Idem*, Vol. III., p. 348.

<sup>40</sup> Cf. carta de Real ao rei, de 15 de Dezembro de 1512, CAA, Vol. III, pp. 338 e ss.

<sup>41</sup> Sobre o assunto, veja-se G. CORREIA, op. cit., Vol. II, p. 182. As casas entretanto feitas foram transformadas pelo governador num hospital. Veja-se também a carta de Albuquerque ao rei, de 25 de Outubro de 1514, CAA, Vol. I, pp. 298-300.

<sup>42</sup> Por lapso afirmámos, no nosso trabalho sobre o «grupo de Cochim», que o seu encarceramento terá ocorrido em 1512, sendo depois enviados para o reino, quando na verdade a sua prisão ocorreu em finais de 1513, partindo para Lisboa provavelmente em inícios de 1514. Cf. I. GUERREIRO e V. L. G. RODRIGUES, op. cit., p. 137.

<sup>43</sup> A 1 de Outubro de 1513 foi finalmente estabelecido o acordo com o samorim e iniciada a construção da fortaleza, só possível depois de em Fevereiro desse ano Albuquerque haver apoiado o envenenamento do anterior soberano, abrindo assim portas à ascensão do *nambea-diri*, príncipe favorável às pretensões dos portugueses.

<sup>44</sup> Cf. carta de António Real para o rei, s.d. [princípios de 1513], CAA, Vol. II, p. 37.

nava solicitando a D. Manuel «merçe da capitania de cochim com alcaidaria, e que também tenha cargo de vossas armadas e carregações, como sempre, té aqui, tive, porque ainda por aqui me ficais devendo dinheiro, por eu folgar de vos servir em tanta cousa»<sup>45</sup>.

Paralelamente a esta acção de descrédito da figura e das acções de Afonso de Albuquerque, António Real e as demais «feiticeiras de Cochim» montaram um complexo plano que visava, no dizer de Luís Filipe Thomaz,

salvaguardar o seu espaço de manobra e, ao mesmo tempo, demonstrar por redução ao absurdo quão perniciosa era para o próprio Estado a nova política económica. Disso se encarregaram Diogo Pereira, António Real e Lourenço Moreno: o primeiro pôs-se a percorrer as faldas dos Gates, contactando directamente, graças aos seus conhecimentos de *malaiala*, os produtores de pimenta para lhes arrematar toda a produção; o segundo, que se tornara já num potentado económico, começou a adiantar em cobre aos militares os soldos que tinham em atraso, inundando o mercado e provocando uma desvalorização artificial da principal mercadoria que se dava pela pimenta; e o terceiro, que substituíra Diogo Pereira como feitor de Cochim, entregou «aos mouros com quem tinha trato a mercadoria da feitoria fiada por três anos», provocando uma espécie de bancarrota que *inter alia* impossibilitava o pagamento em géneros dos soldos em dívida. De sociedade com Gaspar Pereira e com o vigário [de Cochim] adquiriram ainda 800 quintais de calaim, que se obrigaram a pagar a seus donos em pimenta. A feitoria régia quedava assim, para efeitos de fornecimento de especiaria, inteiramente dependente da «massa de Cochim» e dos próprios soldados portugueses que nela haviam investido os soldos que António Real lhes adiantara em cobre<sup>46</sup>.

Em simultâneo, os «homens de Cochim», aproveitando a ausência do governador do Malabar, não só eliminaram Simão Rangel, com o intuito de curto-circuitar as conversações iniciadas com as autoridades de Calecute tendentes ao estabelecimento de uma fortaleza nesse reino<sup>47</sup>, mas também desacreditaram e prenderam Mateus, o embaixador do Preste João. Procuravam, assim, evitar uma eventual aliança com este que possibilitasse o ataque aos mamelucos e a conquista dos lugares santos, objectivo que sabiam fazer parte da estratégia político-militar defendida pelo governador para o «Estado da Índia»<sup>48</sup>.

<sup>45</sup> Cf. carta de 15 de Dezembro de 1512, cit., CAA, Vol. III, pp. 340 e 345.

<sup>46</sup> Cf. L. F. THOMAZ, «Introdução», cit., pp. 69-70.

<sup>47</sup> Simão Rangel fora escolhido pelo governador para se dirigir a Calecute em missão diplomática, tendo sido capturado por homens da confiança de Real e Diogo Pereira. Foi então enviado preso para Cananor numa nau de muçulmanos, após o que foi vendido como escravo e enviado para o Cairo. Cf. carta de Afonso de Albuquerque ao rei, de 1 de Dezembro de 1513, CAA, Vol. I, pp. 160-161.

<sup>48</sup> Afonso de Albuquerque, em carta ao rei, de 25 de Outubro de 1514, acusa ainda Gaspar Pereira, o seu secretário e também ele um dos homens de Cochim, de estar envolvido nos maus-tratos a que o embaixador foi sujeito. Cf. CAA, Vol. I, pp. 314-315. Sobre o assunto, veja-se I. GUERREIRO e V. L. G. RODRIGUES, op. cit., pp. 136-137.

Ao longo desses anos, António Real e os seus parceiros continuaram a desenvolver os seus negócios particulares, deles nos tendo chegado informações através das missivas de Albuquerque para D. Manuel. De entre os vários negócios que detinham, sabemos que, à data do seu envio sob prisão para o reino, tanto o nosso fidalgo como Diogo Pereira se encontravam associados a Lourenço Moreno, nessa altura feitor da praça, e ao arel de Cochim<sup>49</sup>, um poderoso malabar que se convertera ao cristianismo com o nome António Real e que mais tarde, em 1512, recebeu carta de privilégio de fidalgo<sup>50</sup>.

Das actividades que desenvolveram, temos conhecimento de que, em 1513, importaram de Ceilão, num navio da sociedade, quatro elefantes «grandes e muito formosos», com o intuito de os vender em Goa. Afonso de Albuquerque, que acabara de mandar para o reino dois dos elementos da sociedade, ao ter conhecimento do negócio, ordenou que as  $\frac{2}{4}$  partes pertencentes a Real e a Diogo Pereira revertissem a favor da Coroa e comprou a parte dos elefantes que cabia ao arel por 600 pardaus. Passando a deter a maioria do negócio, determinou que os animais fossem vendidos de seguida, ficando Moreno com a parte que lhe cabia da transacção e a Coroa com as mais-valias<sup>51</sup>.

Albuquerque, por outro lado, acusava-os de, enquanto oficiais da feitoria e fortaleza de Cochim – entre os quais destacava a figura de Real, por se encontrar à frente da «ribeira» –, não o terem socorrido por altura da sua expedição a Malaca, tendo em contrapartida armado uma grande nau para mandarem com pimenta a Ormuz, mas que ele sabia destinar-se ao reino<sup>52</sup>.

As acusações do governador de que negociavam com produtos defesos e se furtavam ao pagamento de quaisquer direitos nas alfândegas da Coroa também se sucedem: em 1512 haviam comprado uma nau em que Diogo Pereira fora vender, a Cambaia e a Chaúl, seda, cobre e pimenta pertencentes aos quatro, a saber, Real, Diogo Pereira, Moreno e Gaspar Pereira. Desse negócio haviam arrecadado 16 000 pardaus de ouro, «e nynhum deles pera a vosa feitoria<sup>53</sup>; noutra ocasião, em Tanor<sup>54</sup>, uma das suas naus foi apresada com uma carga de pimenta por Nuno Vaz, porque este «nom estava

---

<sup>49</sup> O arel de Cochim era simultaneamente chefe dos pilotos da barra de Cochim e chefe dos pescadores locais. Albuquerque, em carta ao rei, de 20 de Outubro de 1514, afirmava que o arel tinha muita gente sob seu mando na terra, porque «todos esses macuas, pescadores e marinhos e barqueiros, tudo he debaixo de sua jurisdição e mando». Cf. CAA, Vol. I, pp. 269 e 270; veja-se também a carta de 21 de Setembro de 1512, *Idem*, p. 199.

<sup>50</sup> Cf. carta de privilégio de fidalgo, de 21 de Fevereiro de 1512, ANTT, *Chancelaria de D. Manuel*, Liv. 7, f. 7; *Livro Sexto de Místicos*, f. 108.

<sup>51</sup> Sobre o assunto, vejam-se as cartas de 1 de Fevereiro e 20 de Outubro de 1514 e a de 5 de Janeiro de 1515, do governador a D. Manuel, CAA, Vol. I, p. 270, e Vol. VI, pp. 27 e 206.

<sup>52</sup> Cf. carta de Albuquerque ao rei, de 30 de Novembro de 1513, CAA, Vol. I, p. 119.

<sup>53</sup> Cf. carta do governador ao rei, de 3 de Dezembro de 1513, CAA, Vol. I, p. 197.

<sup>54</sup> Ou Tanur. Porto do reino do mesmo nome, tributário de Calecute, situado no Malabar, entre este reino e Ponani. Cf. Visconde de LAGOA, *Glossário Toponímico da Antiga Historio-grafia Portuguesa Ultramarina*, Lisboa, Ministério do Ultramar - JMGIU, 1953.

muito bem com Antonio Real nem com esses oficiaes». Disso viria depois a ser acusado e perseguido por eles<sup>55</sup>, que assim mantinham os seus tratos sem grandes represálias por parte dos demais oficiais régios.

Neste particular, o próprio governador confessava que não tinha poder e alçada que lhe permitissem mexer com alguns dos privilégios de que aqueles vinham investidos do reino, o que explica a aparente «soltura» com que eles se movimentavam e toda a violenta oposição que lhe moveram. Na verdade, alguns desses homens, por via dos cargos em que iam providos – sobretudo os feitores e os capitães das fortalezas –, passavam ao Oriente na posse de cartas de serviço que os autorizavam a armar navios próprios para poder tratar com produtos que, à partida, eram monopólio exclusivo da Coroa. Na verdade, temos conhecimento de que tanto o nosso fidalgo, como Lourenço Moreno eram portadores de cartas régias que lhes permitiam negociar em mercadorias defesas e em navio próprio, com a única ressalva de que não os vendessem na terra «aos mouros nem aos gentios»<sup>56</sup>, o que dificultava em muito a acção fiscalizadora de Albuquerque e daqueles que lhe eram fiéis.

Mas, se as queixas do governador se aplicavam à generalidade dos oficiais da fortaleza de Cochim, relativamente a António Real a situação era ainda mais grave, porque, tendo este partido para o Oriente com várias incumbências – alcaide-mor da fortaleza e patrão-mor da ribeira de Cochim – e maiores vencimentos<sup>57</sup>, dada a especificidade das funções de que se revestia este último cargo, beneficiava de uma quase completa imunidade relativamente aos seus superiores. Com efeito, a Real competia não só supervisionar a armação das cargas das naus, mas também – o que é surpreendente por se tratar de um fidalgo – a construção e o corregimento dos diferentes tipos de navios na ribeira de Cochim, funções que desempenhou em paralelo com as de «mestre-de-obras» na construção da fortaleza de Cochim em 1505, e na sua fortificação, mais tarde<sup>58</sup>.

Ao longo da correspondência que António Real trocou com o monarca, ressaltam os seus conhecimentos como construtor naval e os seus dotes como artilheiro, que o levam a afirmar, em Dezembro de 1512, que o gover-

<sup>55</sup> Cf. carta do governador, de 3 de Dezembro de 1513, CAA, Vol. I, p. 186.

<sup>56</sup> Fernão Lopes de Castanheda refere que Gaspar Pereira, por altura dos principais conflitos entre Albuquerque e a «massa de Cochim», instou Real a mostrar ao governador as duas cartas régias que trazia e que lhe possibilitavam comerciar em pimenta. Cf. A. H. de O. MARQUES (dir.), op. cit., Vol. I, p. 798. Veja-se ainda o «Treslado de algumas declarações que foram no regimento de Lourenço Moreno, que levou quando foi por feitor», CAA, Vol. III, p. 207.

<sup>57</sup> Disso dá conta Silvestre Corso em carta a D. Manuel, onde se queixava de, na Índia, não estarem a cumprir com o que continha o seu alvará, porquanto este determinava que vencesse o mesmo que Real – 180 000 réis e com 60 quintais ao quarto e vintena – e tivesse os mesmos ofícios. Cf. carta s.d., CAA, Vol. III, p. 184.

<sup>58</sup> Em carta ao rei, de 15 de Dezembro de 1512, Real defende-se das acusações do governador relativamente às obras de fortificação do castelo de Cochim, efectuadas em 1511, dizendo que, se fizesse a cerca tal como ele queria, o poria em risco e precisaria de 1000 homens para o defender; «e o castelo como estava feito dantes, por minha mão, se poderá guardar com 150 homens». Cf. CAA, Vol. III, p. 341.

nador só não o mandara de imediato para o reino por precisar muito dele, uma vez que era o único na Índia que sabia varar uma nau ou pô-la no mar<sup>59</sup>. Manifestava-se ainda muito desagradado com o envio para a Índia de Silvestre Corso, que o haveria de substituir após o seu regresso ao reino, de quem dizia: «não sabe mais do que o que lhe eu ensinei (...), e vós quereis dar a honra do que eu inventei e ensinei aos vossos portugueses». Rematava comentando que aquele apenas percebia de galés, enquanto ele sabia construir também caravelas, o navio que, no seu entender, melhor se adaptava à guerra naval no Índico, porque «bem sabe V.A. que uma caravela bem armada toma duas galés. (...) As galés, senhor, nam se fazem senam por realeza e para porem gente em terra (...), e isto me deve V.A. crer, porque o sei, e gastei niso parte de minha vida»<sup>60</sup>.

Não obstante poder existir algum exagero nas afirmações de Real ao monarca, normal neste tipo de correspondência, a verdade é que não só Albuquerque jamais prescindiu dos seus serviços – chegando mesmo a ordenar-lhe que fosse para Malaca, para aí correger a armada que lá ficara em deficientes condições, o que Real recusou –, mas também D. Francisco de Almeida o considerava um técnico de grande valia, «porque no mar o seu conselho e a sua vigia me descansava muito; e nestes portos tenho-o encarregado de toda a visitação das naus e aparelhos e carga delas»<sup>61</sup>. Neste particular, apurámos ainda que Real foi o responsável pela construção no Oriente dos primeiros «vasos», «cabrestantes» e «polés grandes», «aparelhos para tirar em botar a maior nau do mundo e uma terecena em que estam todos estes aparelhos» na ribeira de Cochim, para além de ter dado as medidas das caravelas que ali foram construídas<sup>62</sup>.

O reconhecimento das suas capacidades era igualmente feito por quantos com ele trabalhavam, como comprova o auto de inquirição mandado fazer pelo capitão da fortaleza de Cochim Jorge Barreto, também ele seu inimigo. Na verdade, em resposta aos quesitos que lhes foram colocados, tanto Fernam d'Almeida, almoxarife dos armazéns, como João Flores, almoxarife dos mantimentos, João Anes, mestre dos carpinteiros, e Pero Vitorio, mestre dos pedreiros, afirmaram que «era homem que nas coisas do mar sabia e entendia tanto como o que mais sabia»<sup>63</sup>.

Real passava ainda por ser um entendido em questões de artilharia – a designação pejorativa com que alguns o tratavam («vilão bombardeiro») é disso o mais claro exemplo<sup>64</sup> –, que teria aprendido durante a sua estadia

<sup>59</sup> Cf. carta de António Real ao monarca, de 15 de Dezembro de 1512, *Idem*, p. 340.

<sup>60</sup> *Idem*, p. 349.

<sup>61</sup> Cf. carta do vice-rei a D. Manuel, de 16 de Dezembro de 1505, ANTT, *Gavetas*, 20-10-33.

<sup>62</sup> Cf. carta de Real ao rei, s.d., *As Gavetas da Torre do Tombo*, Vol. X, Lisboa, CEHU-JICU, 1974, pp. 365-366.

<sup>63</sup> Cf. doc. de 22 de Fevereiro de 1509, CAA, Vol. II, p. 430.

<sup>64</sup> Gonçalo Fernandes, um dos seus mais ferozes inimigos no Oriente, chama-lhe «vilão bombardeiro» e acusa-o de intrigar todos, inclusive o governador, «com essa oratória que aprendeu com os bombardeiros no Levante». Cf. carta de 1510, CAA, Vol. IV, pp. 62 e ss.

no Levante<sup>65</sup>, facto que assume maior significado por se tratar de um dos elementos de maior importância tanto na construção dos navios, como no traçado das fortalezas, tarefa em que teve também, como ele próprio afirma, uma intervenção decisiva.

### O regresso ao reino

Em finais de 1513, princípios de 1514, António Real e Diogo Pereira, seu sócio e compadre, foram enviados sob prisão para o reino. Afonso de Albuquerque, temendo porventura os efeitos negativos que adviriam para a sua acção política caso optasse por uma punição exemplar dos dois homens, acabou por afastá-los do Estado da Índia. Todavia, só a chegada à Índia de Silvestre Corso, que substituiu Real nos primeiros meses de 1513 como patrão-mor da ribeira, permitiu ao governador prescindir dos «saberes e experiência» de Real, comprovando-se o que o nosso fidalgo havia afirmado, que só não havia sido preso e enviado para o reino em data anterior por se tratar de uma figura imprescindível no quadro do Estado da Índia.

A sua expulsão, que foi seguida do aprisionamento de Duarte Barbosa, embora se tenha traduzido, no imediato, numa diminuição da tensão existente no seio da sociedade portuguesa estabelecida no Malabar – o que permitiu a Albuquerque aprofundar a sua política imperialista com a conquista de Ormuz em 1515 –, foi, no entanto, insuficiente, para impedir que os seus adversários arrancassem do monarca, nesse mesmo ano, a sua substituição por Lopo Soares de Albergaria, partidário de uma governação liberalizante que haveria de conduzir no Oriente ao que Luís Filipe Thomaz chamou «a grande soltura»<sup>66</sup>.

Do percurso posterior do nosso fidalgo sabemos apenas que, sendo uma figura próxima do rei, deve ter continuado a movimentar-se no seio da corte, servindo como conselheiro de D. Manuel relativamente aos negócios orientais, dado tratar-se de um profundo conhecedor da realidade asiática. A 13 de Junho de 1515, contrariando o que havia sido a sua acção no Oriente, participou, como refere Damião de Góis, no ataque à fortaleza de Mamora, integrando a poderosa armada de D. António de Noronha. Que era por essa altura uma figura de relevo no seio da corte, comprova-o o facto de surgir referenciado na *Crónica de D. Manuel* entre os principais fidalgos que integraram a expedição.

Terá, eventualmente, falecido no decurso dessa empresa militar, integrando assim o enormíssimo contingente de homens de armas que tombaram naquele que foi o maior desastre militar do reinado de D. Manuel e um

---

<sup>65</sup> Nos textos portugueses deste período, o termo Levante aplica-se ao Mediterrâneo Central, bem como aos litorais do Próximo Oriente.

<sup>66</sup> Sobre o assunto, veja-se o seu trabalho «Os Portugueses e o Mar de Bengala na Época Manuelina», in L. F. THOMAZ, *De Ceuta a Timor*, Lisboa, Difel, 1994, pp. 435 e ss.

dos mais mortíferos até então ocorridos em Marrocos<sup>67</sup>. Contrariamente a tudo o que seria de esperar, António Real, que durante a sua estadia no Oriente foi muito mais um «construtor» do que um «guerreiro» (o que lhe valeu ser acusado por Albuquerque de nunca haver participado em qualquer expedição militar), viria, após o seu regresso ao reino, a integrar aquela que foi uma das maiores armadas de guerra então organizadas. Tê-lo-á feito também agora em virtude dos seus «muitos saberes e diferentes ofícios», uma vez que se planeava construir uma fortaleza na Mamora? Nada nos permite afirmá-lo com certeza, uma vez que o seu nome desaparece definitivamente das fontes após 1515, porventura em resultado de ter perdido a vida no decurso da expedição<sup>68</sup>.

## Conclusão

Se, por um lado, António Real, cujo percurso acabámos de traçar, apresenta um conjunto de características que o aproximam do perfil dos chamados capitães da Índia, que formavam a classe dirigente do Estado da Índia – a saber: era fidalgo da casa real, porventura um secundogénito oriundo de uma linhagem secundária que fizera o seu tirocínio militar nas guerras de Itália (não conseguimos apurar se chegou nessa fase da sua vida a combater em Marrocos) e passara à Índia provido com a alcaidaria-mor de Cochim –; por outro, surge-nos como um indivíduo dotado de características extraordinariamente singulares, com profundos conhecimentos nos domínios da artilharia, da arte de fortificar e, sobretudo, da construção naval, saberes que lhe permitiram acumular aquelas funções com a de responsável pela ribeira de Cochim.

Esses «conhecimentos e saberes» permitiram-lhe passar à Índia numa situação privilegiada, bem patente não só no vultoso ordenado que negociou com o monarca, mas também no conjunto de mordomias e isenções com que foi provido e que constavam da sua carta de nomeação, privilégios esses que muitos engulhos causaram ao governador quando este procurou limitar a sua acção.

Pertencendo à primeira geração de portugueses que se estabeleceu no Malabar, depressa criou um conjunto de fidelidades e parcerias, em especial com Diogo Pereira, que seriam decisivas no estabelecimento de redes comerciais em parceria com os grandes mercadores locais e com o próprio rei de

---

<sup>67</sup> Cf. Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*, pref. David Lopes, Parte III, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1949-1955, Cap. LXXVI, p. 275. No combate morreram cerca de 4000 homens e foi destruído um grande número de navios, que ficaram retidos no rio.

<sup>68</sup> A única referência conhecida de alguém com esse nome respeita ao já citado arel de Cochim, que, em 1519, surge nomeado como cavaleiro fidalgo e morador da casa real, que sabemos tratar-se de um seu homónimo. Cf. ANTT, *Moradias da Casa Real*, Maço 1, Liv. 4, f. 19v.

Cochim, de quem se tornou muito próximo e que por ele intercedeu junto de D. Manuel no conflito que o opôs ao governador.

Membro influente da sociedade portuguesa aí estabelecida e conhecedor da importância dos seus ofícios para o Estado da Índia, bem como do favor de que gozava junto dos dois monarcas – D. Manuel e o rei de Cochim –, António Real depressa entrou em conflito com Albuquerque, cuja política militarista, centralizadora e marcadamente monopolista punha em causa os interesses não só da generalidade dos oficiais de Cochim, mas também dos malabares que a eles se encontravam associados. Importa realçar, no entanto, que esse conflito resultou, em última análise, do confronto entre duas concepções antagónicas sobre os rumos da expansão portuguesa no Índico: de um lado, a visão daqueles que, centrados nos seus pequenos mundos das fortalezas e feitorias, viam na carga das naus da «carreira» a razão primeira e quase exclusiva da sua presença no Malabar; do outro, uma concepção «globalizante», a de Afonso de Albuquerque, que, conhecendo como poucos as complementaridades desse oceano, idealizara um projecto imperialista de conquista de várias fortalezas, que serviriam de sustentáculo à rede comercial controlada pela Coroa portuguesa, embrião do que viria a ser o futuro Estado da Índia<sup>69</sup>.

## Fontes Manuscritas

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL

*Reservados, Colecção Pombalina*, n.º 123, f. 1.

ARQUIVO NACIONAL TORRE DO TOMBO

*Chancelaria de D. Manuel*, Liv. 7, f. 7.

*Corpo Cronológico*, I-64-4.

*Gavetas*, 20-10-33.

*Livro Sexto de Místicos*, f. 108.

*Moradas da Casa Real*, Maço 1, Liv. 4, f. 19v.

## Fontes Impressas e Bibliografia

BOUCHON, Geneviève, *Mamale de Cananor. Un adversaire de l'Inde Portugaise (1507-1528)*, Genève-Paris, Librairie Droz, 1975.

*Cartas de Afonso de Albuquerque seguidas de documentos que as elucidam*, dir. Raymundo A. de Bulhão Pato, 7 vols., Lisboa, Academia Real das Sciencias, 1884-1935.

---

<sup>69</sup> Sobre o «Estado da Índia» ser na sua essência uma *rede*, isto é, um sistema de comunicação entre vários espaços, veja-se Luís Filipe THOMAZ, «Estrutura política e administrativa do Estado da Índia no século XVI», in L. F. THOMAZ, *De Ceuta a Timor*, cit., pp. 207 e ss.

- CASTANHEDA, Fernão Lopes de, *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, introd. e rev. M. Lopes de Almeida, 2 vols., Porto, Lello & Irmão, 1979.
- CORREIA, Gaspar, *Lendas da Índia*, ed. M. Lopes de Almeida, 4 vols., Porto, Lello & Irmão, 1975.
- As Gavetas da Torre do Tombo*, Vol. X, Lisboa, CEHU-JICU, 1974.
- GÓIS, Damião de, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*, pref. David Lopes, 4 vols., Coimbra, Universidade de Coimbra, 1949-1955.
- GUERREIRO, Inácio e RODRIGUES, Vítor Luís Gaspar, «O “Grupo de Cochim” e a Oposição a Afonso de Albuquerque», *Stvdia*, 51, 1992, pp. 119-144.
- LAGOA, Visconde de, *Glossário Toponímico da Antiga Historiografia Portuguesa Ultramarina*, Parte I, Vols. 2 e 3, Lisboa, Ministério do Ultramar-JMGIU, 1953.
- LIPINER, Elias, *Gaspar da Gama. Um Converso na Frota de Cabral*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1987.
- MAGALHÃES, Joaquim Romero, «A Sociedade», in José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, Vol. III, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp. 469-509.
- MARQUES, A. H. de Oliveira (dir.), *História dos Portugueses no Extremo Oriente*, Vol. 1, Tomo I, Lisboa, Fundação Oriente, 1998.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo, «Sistemas Familiares», in José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, Vol. IV, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp. 279-285.
- PELÚCIA, Alexandra, «Lourenço Moreno, uma eminência parda de Cochim», in João Paulo Oliveira e Costa (org.), *Descobridores do Brasil. Exploradores do Atlântico e Construtores do Estado da Índia*, Lisboa, Sociedade Histórica da Independência de Portugal, 2000, pp. 279-297.
- PEREIRA, João Cordeiro, «A Estrutura Social e o Seu Devir», in Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques (dir.), *Nova História de Portugal*, Vol. V, Lisboa, Estampa, 1988, pp. 277-234.
- SILVA, Joaquim Candeias da, *O Fundador do Estado Português da Índia, D. Francisco de Almeida, 1457(?) - 1510*, Lisboa, CNCDP-INCM, 1996.
- SILVÉRIO, Silvina, «Gaspar da Índia», in João Paulo Oliveira e Costa (org.), *Descobridores do Brasil. Exploradores do Atlântico e Construtores do Estado da Índia*, Lisboa, Sociedade Histórica da Independência de Portugal, 2000, pp. 225-253.
- THOMAZ, Luís Filipe, *De Ceuta a Timor*, Lisboa, Difel, 1994.
- THOMAZ, Luís Filipe, «Introdução. O Extremo Oriente e o Ocidente», in A. H. de Oliveira Marques (dir.), *História dos Portugueses no Extremo Oriente*, Vol. 1, Tomo I, Lisboa, Fundação Oriente, 1998, pp. 13-121.
- THOMAZ, Luís Filipe e BOUCHON, Geneviève, *Voyage dans les Deltas du Gange et de l'Irraouaddy. Relation Portugaise Anonyme (1521)*, Paris, FCG-CCP, 1988.